



## Governo atua para evitar nova catástrofe em MG, diz ministro

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente sobre o risco iminente de desabamento de barragem da Vale na mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais, Bento Albuquerque explicou medidas adotadas para evitar nova tragédia

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, explicou ontem, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, as medidas adotadas para evitar nova tragédia em Minas Gerais. Uma barragem da Vale na mina

de Gongo Soco, em Barão de Cocais, corre risco iminente de ruir.

O relator da CPI de Brumadinho, Carlos Viana, confirmou a ida de uma comitiva parlamentar hoje ao local. **5**



Rose de Freitas, presidente da CPI, e Carlos Viana, relator

## Controle de mineração é falho, afirma diretor

Em depoimento à CPI de Brumadinho, o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Bicca, disse que a falta de capacitação e de orçamento impede a fiscalização efetiva da atividade mineradora. Após o desastre em

Brumadinho (MG), a agência editou, segundo ele, uma resolução proibindo a construção de novas estruturas similares. O relator, senador Carlos Viana, questionou o porquê de a resolução não ter sido editada antes. **5**



Presidente da comissão, Fabiano Contarato, ouvindo o ministro Bento Albuquerque explicar a atuação do governo na área da barragem

## Especialistas alertam para riscos do uso de patinetes

Em debate na Subcomissão de Mobilidade Urbana, senadores e convidados disseram que é preciso regulamentar o uso de patinetes e veículos alternativos de transporte individual.

Apesar das vantagens, como redução do trânsito, da poluição e da obesidade, a segurança de quem usa e dos pedestres ainda é uma preocupação de especialistas.

Eles também ressaltaram a necessidade de adaptação da infraestrutura urbana para esses meios alternativos de transporte, com criação de novos espaços, como ciclovias, especialmente nas periferias, e incentivo à redução do uso de carros, que hoje ocupam grande espaço nas cidades. **7**



Jovem usa patinete elétrico para locomoção em Santos (SP)

## Senado analisa na terça a MP da reforma administrativa

A análise no Senado da medida que reorganiza a estrutura ministerial do governo foi marcada para terça-feira. Os pontos mais polêmicos aprovados ontem pelos deputados são as restrições aos auditores da Receita Federal para investigar atos ilícitos e a retirada do Coaf do Ministério da Justiça com retorno para o da Economia. **3**



Davi marcou votação de MP para a próxima sessão deliberativa

### Surdos já podem mandar vídeos em Libras para o e-Cidadania

O Portal e-Cidadania, que reúne ideias legislativas dos cidadãos, está recebendo desde ontem vídeos na linguagem brasileira de sinais. **2**

### Aposentadoria de pessoa com deficiência pode ser isenta de IR

Projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos isenta pessoas com deficiência de pagar Imposto de Renda sobre suas aposentadorias. **6**

### Caso de violência doméstica pode acelerar ação de divórcio

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem texto que dá prioridade a ação de divórcio que envolva vítima de violência doméstica. **8**

**Avança projeto que garante acesso de trabalhador à Justiça gratuita, revogando itens de reforma **4****

**Serviço público prestado por particular pode ter de obedecer a Código de Defesa do Consumidor **7****

**Dados sobre pessoas com autismo podem ser incluídos nos próximos censos demográficos **6****



# Surdos poderão sugerir projeto via vídeo em Libras

O Portal e-Cidadania recebe ideias legislativas dos cidadãos por escrito. Muitos deficientes auditivos, no entanto, se expressam melhor na linguagem de sinais e agora podem enviar gravação de vídeo ao Senado

O SENADO RECEBE, desde ontem, vídeos com sugestões de projetos gravadas na linguagem brasileira de sinais (Libras) por pessoas surdas. As ideias serão publicadas no Portal e-Cidadania, que já recebem sugestões por escrito. Se receberem 20 mil apoios de internautas, serão encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) como sugestões legislativas. As que tiverem parecer favorável do relator passarão a tramitar como projetos de lei. O anúncio foi feito por Chico Rodrigues (DEM-RR), que presidia a sessão do Plenário ontem.

Segundo o coordenador do Programa e-Cidadania, Alisson Bruno de Queiroz, é preciso apenas enviar ao Senado o link do vídeo publicado no YouTube, Instagram, Facebook ou Twitter, sem necessidade de

uma hashtag específica.

— Ele posta o vídeo na rede social, copia o link e cola no formulário de ideia legislativa, no lugar onde ele colocaria o texto da sugestão — explica.

O vídeo, então, é enviado para os intérpretes de Libras. A sugestão é transformada em texto e publicada para poder receber apoios. O prazo entre o recebimento do vídeo e a publicação da ideia será entre cinco e dez dias, avalia o coordenador. Uma série de vídeos foi produzida pela TV Senado com explicações sobre como gravar o vídeo, como publicá-lo nas redes sociais, como funciona a ideia legislativa e como enviar a sugestão. Segundo o responsável pela iniciativa, o técnico legislativo Leandro Alves Souza, o e-Cidadania recebe com frequência sugestões por escrito de pessoas surdas, que poderiam se expressar

melhor usando Libras.

— A ideia ficava truncada, e a gente muitas vezes não conseguia saber exatamente o que a pessoa estava pedindo. Como os surdos se expressam em Libras, que é uma língua visual, nós criamos uma maneira para que eles possam se expressar na língua deles, como todas as outras pessoas.

Souza afirma que os surdos possuem necessidades que nem sempre aqueles que ouvem conseguem identificar. Nada melhor, portanto, que o próprio surdo diga que sugestões ele tem para uma nova lei. Ele ressalta também o apoio ao projeto dos surdos que trabalham no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e que ajudarão a disseminar o e-Cidadania a outras pessoas com deficiência.

Os tutoriais podem ser vistos em: <http://bit.ly/tutoriaisLibras>



Entre Toinho Andrade e Nilmar Ruiz, Eduardo Gomes dirige sessão especial

## Desenvolvimento de Palmas é exaltado em sessão especial

O Senado promoveu ontem sessão especial para comemorar os 30 anos de fundação de Palmas, capital do Tocantins. A cidade fez aniversário em 20 de maio.

Eduardo Gomes (MDB-TO), autor do requerimento de homenagem, destacou a importância da união política que levou à criação do Tocantins e de sua capital.

— Palmas continua sinalizando que nós só temos um caminho: a união pelo desenvolvimento, pela qualidade de vida do nosso povo.

A prefeita de Palmas, Cíntia Ribeiro, aproveitou para pedir a revisão do pacto federativo, com maior distribuição de recursos entre estados e municípios.

— Uma cidade que atinge a população de 300 mil habitantes em apenas 30 anos, em pleno Cerrado, onde não havia absolutamente nada, merece um olhar mais atento.

Irajá (PSD-TO) ressaltou aspectos importantes da capital, entre eles a educação.

— Palmas recebeu o selo de Município Livre do Analfabetismo e integra a relação dos poucos mais de 200 municípios em que mais de 96% da população adulta é alfabetizada

Na opinião do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é justa a homenagem.

— São episódios como este que nos fazem compreender o significado das cidades brasileiras — completou.

## Bibliotecas públicas deverão ter livros em versões acessíveis

As bibliotecas públicas deverão adquirir versões acessíveis de todos os livros comprados para compor seus acervos, quando existirem, no percentual mínimo de 5%. É o que determina o projeto de lei (PLS 461/2018) aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue agora para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

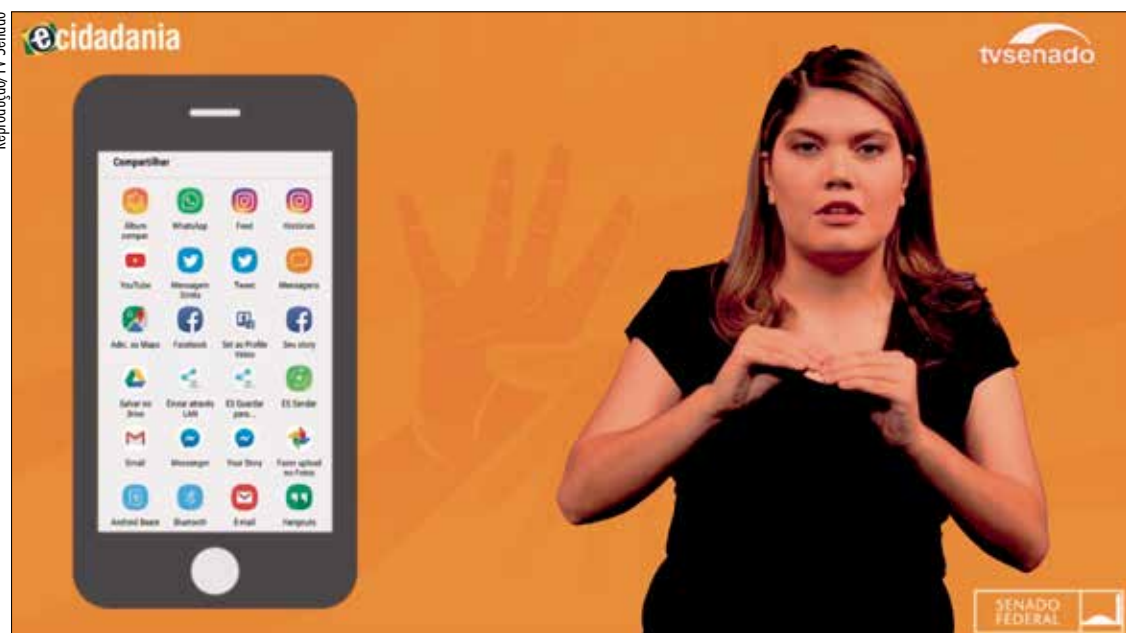
De autoria de Romário (Pode-RJ), o texto estabelece que a conversão de obras literárias, artísticas ou científicas para formatos acessíveis e sua disponibilização a pessoas com deficiência visual em bibliotecas públicas não serão considerados violação

de direito autoral.

A relatora, Mara Gabrilli (PSDB-SP), propôs fixar um percentual mínimo de obras acessíveis — 5%. No caso de aquisição total inferior a vinte exemplares, o projeto obriga que haja ao menos um exemplar em formato acessível.



Na opinião de Romário, iniciativa aumenta o acesso à informação



Uma série de vídeos foi produzida pela TV Senado com explicações sobre como gravar, publicar e enviar a sugestão

## Izalci cita visita a superlaboratório pioneiro no Brasil

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou ontem visita que fez ao superlaboratório Sirius, na cidade de Campinas (SP). Conforme o senador, a unidade integra o campus do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, onde está instalado o Polo II de Alta Tecnologia, totalmente nacional. Ele informou que o centro é hoje o mais avançado e líder mundial em síncrotrons. As fontes de luz síncrotron são máquinas extremamente sofisticadas que produzem radiação eletromagnética de amplo espectro e alto brilho, compreendendo o infravermelho, ultravioleta e os raios-X.



Roque de Sá/Agência Senado

## Bittar pede rapidez na aprovação do pacote anticrime

Marcio Bittar (MDB-AC) cobrou ontem agilidade na tramitação dos projetos relacionados a segurança. O senador fez um apelo aos relatores para que concluam suas análises para que os temas sejam votados no Congresso.

Entre os textos elencados, está o Projeto de Lei (PL) 1.865/2019, que criminaliza o caixa dois com pena de dois a cinco anos, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A prisão do réu a partir da condenação em segunda instância foi outro tema de destaque. Ela é prevista em quatro projetos de lei que tramitam no Senado.



Genildo Magela/Agência Senado

## Combate ao desmatamento ajuda país, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) se mostrou preocupado com o impacto que o desmatamento e outras ações do homem causam no mundo. Ele lembrou ontem que o Brasil foi o país que mais perdeu árvores em 2018. Segundo o senador, é preciso combater o desmatamento para melhorar o desenvolvimento do Brasil e evitar o aquecimento da terra, entre outros fatores que prejudicam a camada de ozônio.

— Somente na Amazônia Legal, entre agosto de 2018 e março de 2019, período que compreende o ciclo de desmatamento, a região perdeu 1.974 quilômetros quadrados de floresta, um aumento de 24% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### SESSÃO ESPECIAL Comissários

9h Dia Nacional do Comissário de Proteção da Criança e do Adolescente.

#### SESSÃO SOLENE Fernando Figueira

11h Centenário do patrono do Instituto Materno Infantil de PE, Fernando Figueira.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Davi marca para terça-feira a análise da MP da reforma administrativa

Medida, que perde a validade em 3 de junho, foi aprovada ontem na Câmara e deve ser votada na próxima sessão deliberativa do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, cancelou a ordem do dia de ontem e remarcou a análise da medida provisória que reorganiza a estrutura ministerial do governo para a próxima sessão deliberativa, na terça-feira.

— O cancelamento se deve ao fato de que a Câmara dos Deputados até o presente momento não finalizou a deliberação da MP — explicou.

A Câmara, apesar de ter aprovado o texto principal da MP 870/2019 na quarta-feira, demorou a finalizar a análise de dois destaques do projeto de lei de conversão (PLV 10/2019), que substituiu a MP, apresentado pelo relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na comissão mista que analisou o assunto.

A aprovação definitiva aconteceu somente ontem. Os deputados aprovaram o destaque que retira do texto final mudanças nas competências da Receita Federal, motivo da polêmica. Pelo texto suprimido, auditores só seriam autorizados a compartilhar com outros órgãos e autoridades indícios de crimes tributários. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, prometeu voltar a discutir o tema, via projeto de lei, nos próximos dias.

Os deputados também apro-

varam destaque para excluir do texto o ponto que atribuiu à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ele será administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O texto aprovado reduz de 29 para 22 o número de órgãos com status ministerial no governo federal. O Plenário da Câmara mudou a MP original e tirou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, retornando-o ao Ministério da Economia, órgão ao qual pertencia antes de a MP ser editada. Foram 228 votos a favor da mudança, contra 210.

A alteração, entretanto, é feita no texto da lei que criou o Coaf (Lei 9.613, de 1998), sem a inclusão do órgão na estrutura do Ministério da Economia.

Bezerra, que é líder do governo, defende a manutenção do Coaf na pasta da Justiça:

— É a posição que está no nosso relatório, mas isso depende da decisão do Plenário do Senado. A questão da Receita fica do jeito que a Câmara deixou.

O Ministério da Economia assumiu ainda as atribuições dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho,



Em Plenário, Davi cancela sessão e remarca votação para terça-feira

extintos. Incorporou também as atividades da Previdência Social, que já estavam no antigo Ministério da Fazenda desde o governo anterior.

## Registro sindical

O projeto de lei de conversão retorna para a pasta econômica as competências sobre registro sindical, política de imigração laboral, cooperativismo e associativismo urbano. Por outro lado, o Ministério da Economia perde para o Ministério da Ciência e Tecnologia a atribuição de definir políticas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços.

Um acordo entre os partidos manteve o Ministério do Desenvolvimento Regional, criado pela MP para aglutinar as pastas das Cidades e da Integração Nacional. Outra

mudança é a volta da Funai ao Ministério da Justiça, saindo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Já as situações relacionadas à produção agrícola em terra indígena continuam com o Ministério da Agricultura.

Quanto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ele perde para o Ministério da Agricultura a atribuição de gestão, em âmbito federal, do Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, sua competência sobre florestas públicas deverá ser exercida em articulação com o Ministério da Agricultura. O projeto de lei de conversão direciona para o Ministério da Integração Nacional a Agência Nacional de Águas (ANA), antes vinculada ao Meio Ambiente. Também para o Ministério da Integração, o MMA perde o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Quanto às políticas e programas ambientais para a Amazônia, o texto faz referência apenas à Amazônia e não mais à Amazônia Legal, que engloba também os estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. Contudo, continua na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

A MP especifica, entre as atribuições do Ministério da Agricultura, a de controle de resíduos e contaminantes em alimentos. Entretanto, o Ministério da Saúde continua com a atribuição de vigilância em relação aos alimentos, exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em vez de extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como previsto no texto original, o relatório coloca o conselho no Ministério da Cidadania.

São extintos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit). É extinta ainda a sabatina pelo Senado de indicações para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

## Esperidião Amin quer permanência de conselho na Justiça

A permanência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como determinou a MP 870/2019, foi defendida por Esperidião Amin (PP-SC).

O senador disse ter subscrito um requerimento para que o assunto seja votado separadamente. Ele afirmou que manter o Coaf na pasta da Justiça vai facilitar o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e o que mais possa ser considerado de natureza econômica.



Roque de Sá/Agência Senado

## Alvaro Dias critica mudanças feitas em MP pelos deputados

Alvaro Dias (Pode-PR) criticou a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do âmbito do Ministério da Justiça e as restrições aos auditores da Receita Federal para investigar atos ilícitos. As medidas foram incluídas pela Câmara dos Deputados na MP 870/2019, da reforma administrativa.

Alvaro considera especialmente graves as restrições aos auditores, porque teriam caráter retroativo, possibilitando a anulação de processos decorrentes da Operação Lava Jato e de outras ações.



Roque de Sá/Agência Senado

## Rodrigo Cunha defende texto sobre proteção de dados

A medida provisória que cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados foi defendida por Rodrigo Cunha (PSDB-AL). A MP 869/2018, que ainda tramita na Câmara, estabelece que o órgão é o responsável, entre outras competências, por tratar da proteção de dados pessoais e segredos comerciais e industriais.

Relator da MP na comissão mista que a analisou, o senador disse que quem navega na internet disponibiliza várias informações que, sem seu conhecimento, muitas vezes são negociadas posteriormente.



Roque de Sá/Agência Senado

## Votação no Senado deve ter foco no comando do Coaf

O líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), afirmou que vai apresentar um pedido de destaque durante a votação da medida provisória que reconfigurou a estrutura administrativa, para manter o Coaf sob o comando do Ministério da Justiça.

— O Coaf mais aparelhado, o Coaf com um direcionamento melhor, vai rastrear a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o dinheiro das milícias, o dinheiro das facções criminosas e o dinheiro do criminoso político. Principalmente por isso que foi arrancado [do

Ministério da Justiça], eu não tenho a menor dúvida disso. É fundamental para o enfrentamento, para o combate à corrupção que a estrutura posta pelo governo seja mantida. Ontem não foi uma derrota do governo Bolsonaro, foi uma derrota do povo brasileiro, o Senado tem obrigação de debater — afirmou Major Olimpio.

Se o Senado fizer alguma alteração no texto aprovado pelos deputados, a MP terá de voltar para a Câmara e haverá o risco de não haver tempo hábil. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre,

disse não ser aconselhável correr o risco de a MP perder a validade, o que ocorre em 3 de junho, mas ponderou que é um direito do Parlamento fazer modificações nos textos editados pelo Executivo.

— O governo tem todo o direito de construir a sua estrutura por meio dessa medida provisória e o Parlamento tem todo o direito de aprimorar, de melhorar, de modificar a redação encaminhada pelo Executivo, que é o que foi feito pela Câmara em alguns pontos. O Senado está atento à questão — afirmou.

Outro ponto polêmico foi que os deputados tiraram da MP mudanças nas competências da Receita Federal. A interpretação é que o Fisco terá atuação limitada na identificação de crimes de colarinho branco. Parlamentares favoráveis à mudança, no entanto, avaliam que a Receita tem extrapolado suas atribuições e investigado autoridades sem o devido respaldo legal.



Major Olimpio pretende manter o conselho no Ministério da Justiça

Roque de Sá/Agência Senado - 5/2/2019



# Trabalhador pode voltar a ter acesso gratuito à Justiça

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos revoga dispositivo da reforma trabalhista que determina que o reclamante seja condenado a pagar custas judiciais caso não compareça à audiência

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS), que garante o acesso dos trabalhadores à gratuidade judiciária. De acordo com o senador, o direito foi prejudicado pela reforma trabalhista de 2017.

O PLS 267/2017 retoma a redação original do artigo 844 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do assunto. A reforma acrescentou parágrafos ao artigo determinando que o reclamante, mesmo sendo beneficiário de gratuidade judiciária, seja condenado a pagar custas judiciais se comparecer à audiência. Além disso, determina o recolhimento das custas para propositura de nova ação.

Segundo Paim, essas regras coíbem os direitos dos trabalhadores e vão na contramão do novo Código de Processo Civil.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Paim, o projeto corrige regras que coíbem direitos trabalhistas

O relator, Telmário Mota (Pros-RR), emitiu relatório favorável ao defender o direito ao acesso à Justiça a todo trabalhador.

“O projeto é preciso ao atacar uma das mais lamentáveis e nefastas consequências da reforma trabalhista do governo Temer: a cobrança de custas dos trabalhadores envolvidos em audiência de julgamento. Em boa hora, o projeto em tela retoma o alcance da redação original do artigo 844 da CLT,

dando a devida proteção e assistência ao trabalhador, que, afinal, é a parte hipossuficiente da relação”, defende o senador no parecer.

Telmário sugeriu apenas uma emenda de redação. A proposta seguirá agora para a análise nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), sendo nesta última em caráter terminativo.

## Senado debate regulamentação do coaching

Tramita no Senado uma sugestão de projeto de iniciativa popular para criminalizar a atividade do *coach*. Também foi apresentada ao Portal e-Cidadania outra ideia para reconhecer e regulamentar a profissão. As duas propostas são um reflexo da polêmica que provoca um debate na sociedade sobre esse tipo de trabalho já exercido por cerca de 70 mil pessoas no Brasil, de acordo com a International Coach Federation (ICF).

Originária do inglês, a palavra *coach* significa treinador. No mercado de trabalho, ele é o instrutor capacitado a ajudar pessoas a atingirem mais rapidamente as suas metas. O *coach* também é contratado por empresas na busca de resultados em curto prazo. Nos Estados Unidos, onde a atividade surgiu há algumas décadas, a carreira já movimentava US\$ 2,3 bilhões ao ano.

Na teoria, qualquer profissional pode se tornar um *coach*, desde que domine os conhecimentos dentro da sua área. Na prática, é preciso também estar preparado para lidar com pessoas, ajudar os clientes a identificar limites, superar desafios e desenvolver o seu potencial. Os cursos de *coaching* (ou seja, o treinamento do *coach*) lançam mão de diversas técnicas e recursos da programação neurolinguística, da gestão de pessoas, da psi-

cológia, da sociologia e outras áreas da ciência. Certificado em *coaching*, o profissional pode começar a atuar. Pessoalmente ou via internet, esses profissionais atendem desde pessoas em busca de uma promoção no emprego ou de um relacionamento amoroso, até de um despertar espiritual.

### Crime

No entanto, nem todos encaram a atividade da mesma maneira. Para muita gente, o *coaching* deveria ser considerado crime por explorar a boa-fé das pessoas, pois o *coach* não teria habilitação necessária para atuar, enganando ao fazer as vezes de terapeuta, guru ou “milagreiro”.

Essa é a opinião de William Menezes, de Sergipe, que propôs ao Senado a criminalização da atividade. Sua ideia recebeu mais de 20 mil apoios, foi transformada em sugestão legislativa (SUG 26/2019) e tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A relatoria é do senador Paulo Paim (PT-RS). Se aprovada na CDH, a sugestão pode virar projeto de lei e ser examinada em outras comissões.

“Se tornada lei, não permitirá o charlatanismo de muitos autointitulados formados, mas sem diploma válido”, avalia o autor da ideia. Ele diz que não devem ser permitidas

propagandas enganosas como “reprogramação do DNA” e “cura quântica”, desrespeitando o trabalho científico e metódico de terapeutas e outros profissionais das mais variadas áreas.

### Resultados

Já a ideia de regulamentação da profissão foi apresentada por Ronald Dennis Pantin Filho II, do Rio Grande do Sul. Na justificativa, o autor afirma que *coaches* e mentores atuam desde que o ser humano existe, mas que somente nos últimos 40 anos essas profissões ganharam destaque no Brasil.

“Já temos em três estados, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo, o Dia do Coach, celebrado todo 12 de novembro. São aproximadamente 70 mil profissionais no Brasil formados por diversas escolas e sem definição de currículo mínimo ou carga horária mínima. O mesmo ocorre com o *mentoring*. Ambas metodologias de desenvolvimento humano são consolidadas em países como Estados Unidos, Canadá e em toda a Europa. A ideia é que tenhamos a regulamentação da profissão”, defende.

Por enquanto, a ideia tem pouco mais de 3.340 apoios no Portal e-Cidadania do Senado e, por isso, ainda não pode ser transformada em ideia legislativa. O prazo para alcançar 20 mil votos favoráveis acaba em setembro.

## Proposta acaba com figura do autônomo exclusivo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a retirada da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do artigo que criou a figura do “autônomo exclusivo”, profissional que presta serviços de forma contínua, para uma única empresa, sem que isso seja caracterizado como vínculo empregatício. A proposta está prevista no PLS 270/2017, de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

O autônomo exclusivo foi incluído na CLT pela reforma trabalhista do governo Michel Temer, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 13.467, de 2017.

Na opinião do senador, o dispositivo aprovado na reforma contraria o conceito de trabalhador autônomo, já que, em sua avaliação, diante da ausência de subordinação junto ao tomador dos serviços, o empregado é livre para prestar serviços para quem quiser. Ele também defende a revogação para evitar fraudes nas contratações.

“A revogação se faz também

necessária para afastar as contratações fraudulentas com o objetivo de se livrar do recolhimento dos encargos sociais. Ademais, a norma, se não for revogada, poderá estimular ainda mais a precarização das condições de trabalho”, defende na justificativa.

O relator do projeto, Telmário Mota (Pros-RR), apresentou relatório favorável ao justificar que a revogação do dispositivo vai garantir segurança jurídica para as relações trabalhistas.

“A figura jurídica produzida, a do ‘autônomo exclusivo’, não pode senão gerar insegurança jurídica ligada às relações trabalhistas, algo que não podemos tolerar, justamente porque estamos convencidos de ser a segurança jurídica fator determinante do sucesso da vida econômica”, argumenta o senador.

O projeto seguirá para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta decisão terminativa.

## Texto anula critérios incluídos na CLT pela reforma trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto para revogar artigo da CLT que criou novos critérios para cálculo da indenização por dano extrapatrimonial (moral) decorrente de relações de trabalho. Os novos critérios foram incluídos pela reforma trabalhista de 2017.

O autor do PLS 358/2017, Paulo Paim (PT-RS), afirma que os parâmetros atualmente definidos são injustos e obrigam o trabalhador a receber valores ínfimos, em caso de ser ofendido. Isso porque o valor do salário é a referência tanto para o recebimento da indenização quanto para o pagamento.

O relator, senador Telmário Mota (Pros-RR), que emitiu parecer favorável, considera a atual norma uma injustiça com o trabalhador.

— O salário é sempre utilizado como referência para a definição do valor, não importando quem seja ofensor ou ofendido: se um gigante corporativo contra um servente ou vice-versa. Nesse caso, o servente entra com tudo o que ganha, enquanto o gigante corporativo mal tomará conhecimento contábil do valor pago. É desproporcional — disse.

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Projeto veta indulto a condenado por crime contra a administração pública

Condenado por crimes contra a administração pública, como a corrupção, não poderá receber indulto. É o que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 72/2019, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda relator.

A proposta é de Eduardo Girão (Pode-CE). O senador entende que os crimes contra a administração pública, embora sejam praticados sem violência ou grave ameaça,

possuem grande potencial lesivo pela malversação de recursos públicos, afetando investimentos em setores sensíveis para a sociedade.

O indulto é dado a detentos com requisitos como ter bom comportamento, estar preso há um determinado tempo, ser paraplégico, tetraplégico, portador de cegueira completa, ser mãe de filhos menores de 14 anos e ter cumprido pelo menos dois quintos em regime fechado ou semiaberto.



# Governo atua em Barão de Cocais, diz ministro

Em debate sobre risco de desabamento da mina de Gongo Seco, da Vale, Bento Albuquerque explicou providências que estão sendo tomadas para evitar nova tragédia

AO DAR EXPLICAÇÕES à Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre o risco iminente de rompimento da barragem de rejeitos da Vale na mina Gongo Soco, na região de Barão de Cocais (MG), o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, explicou ontem que o governo tomou como providências, de forma preventiva, a retirada de 400 moradores, o isolamento da área de risco e a sinalização, treinamentos e simulações, com a presença permanente de servidores da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da defesa civil local. O intuito, disse ele, é garantir a segurança e a assistência às pessoas.

O reservatório é do mesmo tipo do que se rompeu em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro. Albuquerque salientou que o Ministério de Minas e Energia (MME) não cortou recursos da ANM, responsável pela inspeção das atividades e dos empreendimentos mine-



Bento Albuquerque e o presidente da comissão, Fabiano Contarato

rários. Conforme o ministro, do total de R\$ 9,9 milhões de suplementação orçamentária pedidos para ações de fiscalização, R\$ 1,7 milhão já foi liberado e o restante ainda depende de aprovação de projeto de lei.

— O MME foi um dos mais atingidos pelo contingenciamento do orçamento. A ANM só não foi afetada porque fizemos o remanejamento e todos os recursos necessários para

ela estão assegurados — disse.

O ministro lembrou que a mina Gongo Soco está inativa desde 2016 e que a Barragem Sul Superior, que corre o risco de ruir, está interdita pela ANM desde fevereiro. Segundo Albuquerque, o órgão tem feito visitas técnicas diárias, para acompanhar as obras de controle das estruturas e de contenção dos rejeitos, que visam reduzir possíveis danos ambientais.

Relator da CPI de Brumadinho, Carlos Viana (PSD-MG) confirmou a visita de uma comitiva parlamentar, hoje, a Barão de Cocais.

## Prevenção

O senador elogiou a atenção do governo e disse que todas as medidas informadas por Albuquerque eram esperadas antes do rompimento das barragens de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, a fim de ter evitado essas tragédias.

— No Brasil, não temos a cultura da prevenção, infelizmente. O que queremos caminha exatamente ao lado do que o ministro disse aqui: não temos interesse na punição de ninguém, mas precisamos aprender com essas tragédias e aprender a nos antecipar a essas questões, para preservar vidas — disse o senador.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), explicou que o debate era necessário e faz parte de uma

conduta “proativa e de interlocução direta” do colegiado com o Executivo e todas as instituições interessadas no assunto. Já Chico Rodrigues (DEM-RR) ressaltou que a preocupação sobre os riscos de rompimento de barragens tem se agravado no Brasil, mas observou que a situação de Gongo Soco está sob controle. O senador elogiou as providências anunciadas pelo governo e disse que a CMA tem um papel importante na divulgação dos fatos.

O ministro disse que até 2021 não haverá mais barragens do tipo a montante no Brasil. Ele citou resolução do MME que proíbe o uso desse método de construção em todo o território nacional e obriga a descomissionar ou descaracterizar as barragens construídas a montante até 15 de agosto de 2021, para as já desativadas, e até 15 de agosto de 2023, para aquelas em operação, que deverão ser paralisadas até 15 de agosto de 2021.

## Falta estrutura e orçamento para fiscalizar mineração, diz diretor de agência

A falta de estrutura, capacitação e orçamento impediu a fiscalização mais efetiva de barragens, disse o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Bicca, em depoimento ontem à CPI de Brumadinho. Ele também afirmou que a barragem da mina do Córrego do Feijão, mantida pela mineradora Vale em Brumadinho (MG), se rompeu em janeiro sem ter apontado falha de segurança. As informações, segundo a agência, foram declaradas pela própria Vale no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração.

— Não digo que só a questão orçamentária resolve todos os problemas, mas tem que ter um começo. Não tem gente, não tem capacidade técnica,

carecemos de orçamento.

Após a tragédia, a ANM editou uma resolução que proibiu a construção de novas barragens similares à que se rompeu em Brumadinho. Pela norma, todas as barragens desse tipo (de alteamento a montante) serão desativadas até 2023. O relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), questionou o porquê de a resolução só ter sido editada depois:

— Se as medidas tivessem chegado antes, poderiam ter evitado ou amenizado a tragédia. Por que só depois da tragédia de Brumadinho essa decisão foi tomada?

Bicca disse que os padrões de fiscalização das barragens do país avançaram nos últimos anos com a Política Nacional de Segurança de Barragens

(PNSB), com a criação da ANM em 2017, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral, e outros normativos. Mas reconheceu que as ações não foram suficientes para evitar a tragédia.

## Licença

A CPI também ouviu ontem o depoimento do secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Vieira. Ele foi convocado para esclarecer a licença dada pela pasta para a continuidade das operações da mina Córrego do Feijão, pouco mais de um mês antes do rompimento da barragem.

A presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), perguntou se o licenciamento simplificado teria contribuído de alguma forma para aumen-

to do potencial de risco.

Vieira afirmou que a licença concedida à Vale em dezembro previa outras atividades, como disposição dos resíduos em cavas e reaproveitamento de rejeitos.

— O licenciamento não lida

com risco. A classificação de risco é da ANM. O licenciamento tinha fator positivo, que era o reaproveitamento e a recuperação de área degradada.

O relatório final da CPI de Brumadinho será apresentado no dia 2 de julho.



Vieira, Bicca, Rose de Freitas e Carlos Viana durante o depoimento

## Senadores criticam habeas corpus para executivo

A decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de desobrigar um convocado a comparecer à CPI de Brumadinho da Câmara é uma “intromissão no Parlamento”, afirmaram ontem senadores que integram a CPI do Senado com o mesmo objetivo.

Na quarta-feira, Gilmar Mendes concedeu habeas corpus para que um executivo investigado pelo rompimento da barragem de Brumadinho não seja obrigado a depor. Vinícius da Mota Wedekin, funcionário da empresa alemã Tüv Süd, responsável pelo laudo que

atestou a segurança da barragem, foi convocado para depor ontem como investigado na CPI da Câmara. Para os senadores, a decisão do ministro do STF interfere nas investigações que tentam apurar os responsáveis pela tragédia.

— O que tem acontecido é que os convocados vêm com habeas corpus, porém se oferecendo como colaboradores. Agora, o ministro Gilmar Mendes decidiu que os convocados com habeas corpus também não deverão comparecer aqui. Nós estamos na reta final do trabalho. Se ele fez isso com um convocado à Câmara também

fará conosco — criticou Jorge Kajuru (PSB-GO) na abertura da reunião da CPI do Senado.

A presidente da CPI, Rose de Freitas (Pode-ES), avalia que a decisão de Gilmar pode inviabilizar a acareação entre seis funcionários e ex-diretores da Vale marcada para os próximos dias.

— Essa decisão do ministro do Supremo Gilmar Mendes coloca uma situação de absoluta restrição porque não queremos fazer aqui um palco — disse.

— Lamento a decisão do ministro Gilmar Mendes — disse o relator da CPI, Carlos Viana (PSD-MG).

## PEC unifica a nomenclatura dos órgãos de perícia em todo o país

Está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) uma proposta de emenda à Constituição que inclui as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública. A PEC 76/2019, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), aguarda designação de relator.

A proposta uniformiza a nomenclatura adotada para os órgãos de perícia criminal que, ao longo dos anos, receberam nomes diferentes ao serem desvinculados das polícias civis de cada estado.

A Polícia Científica deve pautar suas conclusões na metodologia aplicada aos vestígios identificados. De modo geral, é responsável por coordenar o Instituto de Criminalística (IC), o Instituto Médico Legal (IML) e, em alguns casos, o Instituto de Identificação.

A maioria dos estados possui órgãos de perícia total ou parcialmente desvinculados das polícias civis, mas ainda não há previsão constitucional que assegure o seu fortalecimento institucional.



# Colegiado aprova incentivos a pessoas com deficiência

Texto, que passou na Comissão de Direitos Humanos, isenta de IR aposentadorias de deficientes. Outra proposta permite que pessoa jurídica desconte do Imposto de Renda despesa com contratação de deficiente

AS PESSOAS COM deficiência poderão ser isentas do Imposto de Renda incidente sobre suas aposentadorias. Projeto com esse objetivo, do senador Flávio Arns (Rede-PR), foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PL 1.302/2019 também elimina da Lei 7.713, de 1988, que trata do Imposto de Renda, as menções a “alienação mental, cegueira e paralisia irreversível e incapacitante” e traz a definição de pessoa com deficiência, definindo ser aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O relator, senador Romário (Pode-RJ), defendeu a mudança da lei porque, segundo ele, não é razoável a garantia de isenção do Imposto de Renda da aposentadoria apenas para pessoas com certos tipos de deficiência. Na opinião do senador, da forma como está, a norma restringe o tratamento àqueles a quem a própria



Projeto de Flávio Arns traz a definição de pessoa com deficiência

legislação assegura igualdade de condições jurídicas.

O projeto foi remetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se transformada em lei, a mudança entrará em vigor 120 dias depois da data de sua publicação.

A comissão também aprovou o PL 1.281/2019, que institui o direito de as pessoas jurídicas descontarem do Imposto de Renda as despesas relativas a contratos de pessoas com deficiência física, visual ou auditiva. Do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), o texto determina que a dedução não poderá ultrapassar 15% do

valor da folha de pagamento.

Na justificativa ao projeto, Heinze menciona que a proposta pode combater o desemprego e promover integração e igualdade sociais.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), apresentou emenda para prever que o Executivo estimará o montante da renúncia fiscal resultante do projeto.

“Já há algum tempo necessitamos de norma jurídica que concilie os valores dos direitos constitucionais de integração e proteção social das pessoas com deficiência, por um lado, e a racionalidade econômica, por outro”, diz o senador.

## Tecnologias assistivas poderão ser deduzidas do IR

Despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas específicas para pessoas com deficiência poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda. É o que prevê um projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), o PL 1.254/2019 também exige comprovação da despesa com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

A senadora lembra que a Constituição determina que os impostos, sempre que possível, tenham caráter pessoal e sejam de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Mas, para ela, a legislação, de



Para Mara, o projeto atualiza a legislação sobre deduções

1995, está desatualizada no que tange à possibilidade de dedução de despesas com próteses e tecnologias assistivas voltadas para pessoas com deficiência. Hoje a lei cita apenas “apare-

lhos ortopédicos e próteses ortopédicas”, sem especificar os recursos das tecnologias assistivas.

Segundo Mara, as tecnologias assistivas são “o arsenal de recursos e serviços que contribuem para ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e promover vida independente”. Ela reconhece que alguns decretos já facilitam a aquisição de equipamentos para pessoas com deficiência. Mas, argumenta, seu projeto pode “dar força e eficácia concreta a esse aparato normativo”.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Texto obriga autoescola a oferecer carros adaptados a deficientes

Projeto que obriga as autoescolas a oferecerem carros adaptados para alunos com deficiência foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLS 294/2016 segue para a decisão final da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, do senador Romário (Pode-RJ), determina que os centros de formação de condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um modelo adaptado que tenha ao menos câmbio automático, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem. Para isso, o projeto altera o artigo 154 do

Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503 de 1997).

Segundo Romário, é justo que a pessoa com deficiência possa adquirir a habilidade e fazer as aulas necessárias para obter sua carteira de habilitação (CNH). Mas isso só será possível se existir a possibilidade real da realização do curso prático.

O relator na CDH, senador Flávio Arns (Rede-PR), argumentou que, sem veículos adaptados nas autoescolas, será praticamente impossível que as pessoas com deficiência consigam ter aulas práticas de direção em veículos que não foram projetados para atender as suas necessidades.

## Censo deve incluir informações sobre população com autismo

Os censos demográficos deverão incluir dados e informações específicos sobre pessoas com autismo. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLC 139/2018 segue para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a autora do projeto, deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), não existem no país dados oficiais sobre as pessoas com transtorno do espectro autista, e esse grupo tem o direito de contar com dados científicos para defender seus direitos. Ela

avalia que a ausência de dados também cria obstáculos para a criação de políticas públicas específicas e eficazes.

Para a relatora, Mara Gabrielli (PSDB-SP), a experiência dos últimos anos tem demonstrado o quanto é compensador para a sociedade o reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos, com pleno acesso ao gozo de seus direitos civis e constitucionais. Mas as políticas públicas precisam de aperfeiçoamento, que passa diretamente pelo conhecimento científico a respeito do grupo, a ser produzido a partir dos censos.

## Projeto cria Dia Nacional do Movimento de Vida Independente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que institui 14 de dezembro como o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente. O PLC 82/2018 segue para análise na Comissão de Educação (CE).

A data é alusiva à fundação do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro, organização não governamental de origem norte-americana que promove a mobilidade,

a superação de barreiras e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. O objetivo é fortalecer o indivíduo para uma vida independente.

Para a relatora, Mara Gabrielli (PSDB-SP), a criação da data comemorativa vai auxiliar na eliminação das barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, facilitando o pleno exercício de seus direitos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Bulte  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Projeto amplia abrangência do código do consumidor

Serviços públicos prestados por particulares, como hospitais conveniados ao SUS, serão submetidos ao Código de Defesa do Consumidor. A regra não valerá para serviços oferecidos diretamente pelo Estado

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou na terça-feira projeto que inclui os serviços públicos gratuitos prestados por particulares no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. O PLC 121/2018 pode receber emendas até quarta-feira, antes de ir a Plenário.

Do deputado Celso Rusomano (PRB-SP), o projeto qualifica o pagamento indireto ao fornecedor como serviço. Dessa forma, os serviços públicos, desde que remunerados direta ou indi-

retamente, seriam abarcados pelos direitos do consumidor. O relator, Wellington Fagundes (PL-MT), disse que a aplicação do código vai contribuir para a melhoria da prestação dos serviços públicos.

Atualmente o código considera serviço apenas as atividades fornecidas no mercado de consumo mediante pagamento. Serviços públicos gratuitos prestados por particulares, como atendimento em hospital conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), não se enquadram nessa definição. Com isso, o cidadão não pode processar o hospital conve-

niado com base no Código de Defesa do Consumidor.

O texto define serviço como qualquer atividade financiada por um pagamento, de forma direta ou indireta. O serviço público prestado por particular se enquadraria nesse último caso, pois ele é pago indiretamente pelo orçamento público, que tem tributos pagos pelos cidadãos como receitas. A mudança, porém, não atinge os serviços públicos essenciais, prestados de forma gratuita e direta pelo Estado. Ou seja, um posto de saúde ou a delegacia de polícia não podem ser acionados na Justiça com base no código.

Durante a votação, os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF), Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Marcio Bittar (MDB-AC) defenderam a aprovação do projeto. Para Izalci, a mudança vai melhorar a relação do consumidor com os serviços bancários, por exemplo. Bittar afirmou que o aperfeiçoamento do CDC é bem-vindo.

— Muitas vezes o código age a contento na atividade privada, mas quando é atividade pública, não — disse Bittar.



Para Wellington, a aplicação do CDC deve melhorar os serviços públicos

## Avança texto sobre obras de saneamento inacabadas

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou, na terça-feira (21), projeto que visa combater o passivo de obras de saneamento básico inacabadas no país. Da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o PLS 326/2017 dá preferência na alocação

de recursos para obras em andamento “cuja execução tiver ultrapassado 70% do respectivo orçamento”. O texto será encaminhado para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Em relatório favorável, Izalci Lucas (PSDB-DF) observa que a má gestão dos recursos federais destinados a obras dos

estados e municípios é uma realidade confirmada por auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Para Izalci, o projeto contribui para reduzir a quantidade de obras inacabadas de saneamento básico, pois induz o Poder Executivo a priorizar a conclusão das obras em andamento antes de apoiar novas obras.

## Brexit pode beneficiar Brasil, diz especialista inglês

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) fez ontem audiência pública com o diretor do King's Brazil Institute, o cientista político inglês Anthony Pereira. O King's Brazil Institute atua no âmbito do tradicional King's College de Londres, efetua pesquisas sobre o Brasil e também promove a integração com pesquisadores e estudantes brasileiros.

Pereira destacou que o Reino Unido passa agora por um momento importante, com o início ontem do processo de eleição para o Parlamento Europeu. Ele disse esperar que o resultado desse processo possa aclarar um novo cenário de consenso para o Reino Unido, após o difícil processo de negociação visando à saída

da União Europeia (UE).

Para Pereira, o Brexit pode beneficiar o Brasil com o aumento da exportação de produtos agrícolas diretamente para o Reino Unido e pela assinatura de um acordo

comercial com o Mercosul.

— A Grã-Bretanha historicamente não é adepta à adoção de barreiras agrícolas numa dimensão como a que marca alguns de seus parceiros na UE. Somos mais liberais.



O vice-presidente da comissão, Marcos do Val (D), ouve Anthony Pereira



Presidente da subcomissão, Acir Gurgacz (C) comandou a audiência

## Uso de patinete precisa ser regulamentado, alerta debate

Veículos alternativos de transporte de passageiros, como os patinetes, podem ser uma maneira de diminuir o trânsito nas cidades, mas a segurança ainda é uma preocupação de especialistas que participaram de audiência pública ontem. O debate foi feito pela Subcomissão de Mobilidade Urbana, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). Para o presidente da subcomissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), é preciso regulamentar o tema.

Representante da Grow Mobility, das bicicletas Yellow e patinetes Grin, André Kwak defendeu o uso de transportes individuais para diminuir problemas de trânsito, poluição do ar e obesidade. Para ele, os carros, que deveriam ser o tipo de transporte menos priorizado, hoje ocupam o maior espaço nas cidades.

Da União de Ciclistas do Brasil, Yuriê César lembrou a necessidade de adaptação da infraestrutura urbana para os novos modais, como os patinetes.

— Estamos colocando um monte de coisas na calçada, mas talvez devêssemos estar colocando na rua. Por que

70% das pessoas não se deslocam de automóvel e 70% do espaço viário é ocupado pelos automóveis? Por que não estamos discutindo aqui a possibilidade de tirar o espaço dos carros nas cidades e transformar em espaço para que as pessoas caminhem, pedalem, andem de patinete? — indagou.

Rosana Soares Néspoli, gerente da Escola Pública de Trânsito e representante do Detran de São Paulo, afirmou que o patinete tem agradado a população, mas é preciso ter cautela sobre o risco de acidentes. Para ela, a introdução de um novo modal não pode ser feita à base de ensaio e erro.

— É preciso que haja uma regra muito clara. Se isso oferecer o mínimo de risco de saída, é porque ainda não está amadurecido para funcionar — defendeu.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) defendeu a conscientização da população e lembrou a campanha feita anos 90 pelo então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, ex-senador, que tornou Brasília exemplo no respeito às faixas de pedestre.

## Humberto Costa cobra regras para voos regionais

Humberto Costa (PT-PE) destacou a importância de o governo federal cumprir a promessa de editar decreto que estabeleça um percentual de 5% em voos regionais pelas companhias aéreas, como contrapartida para a operação de empresas aéreas estrangeiras no Brasil.

— Na aviação regional, há regularidade de voos apenas para lugares lucrativos. Mas a existência do transporte aéreo é fundamental para o desenvolvimento econômico de diversas regiões do país.

## Passagem pode ficar mais barata, afirma Reguffe

Reguffe (sem partido-DF) elogiou ontem, em Plenário, a aprovação da medida provisória que autoriza até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas com sede no Brasil.

— É importante, sim, abrir o mercado de aviação civil. Mais concorrência significa menores preços e melhor qualidade do serviço oferecido à população.

Ele destacou também a decisão de proibir cobrança de bagagem e ressaltou os elogios feitos pela população nas redes sociais à aprovação da medida.



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



# Lei Maria da Penha pode acelerar divórcio

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos dá prioridade a ações judiciais de separação ou de dissolução de união estável das vítimas, no juízo onde estiverem

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que dá prioridade na tramitação judicial a ações de divórcio que envolvam vítimas de violência doméstica. O PL 510/2019, do deputado Luiz Lima (PSL-RJ), segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta modifica a Lei Maria da Penha e o Código de Processo Penal para garantir que as ações de divórcio ou de dissolução de união estável terão preferência, no juízo onde estiverem. Isso será aplicado se a ação se iniciar depois de uma ocorrência e também se a situação de violência tiver início após o ajuizamento. Além disso, o projeto diz que a vítima pode propor a ação diretamente no Juizado de Violência Doméstica.

Nesse juizado, a assistência

jurídica para divórcio e dissolução de união estável será garantida como parte do atendimento. A assistência poderá, até mesmo, ser incluída entre as medidas protetivas, quando couberem.

## Efetividade

Para a relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF), a iniciativa é um avanço necessário para aprimorar a efetividade da Lei Maria da Penha, pois promove mais ferramentas para o auxílio a mulheres agredidas e permite que as instâncias de atendimento tenham maior campo de atuação.

“São dignas de nota as modificações engendradas pelo projeto, tanto as de caráter informativo, dedicadas a conferir à ofendida o pleno conhecimento de seus direitos, quanto as de feição



A relatora, Leila Barros, afirma que o texto aprimora a Lei Maria da Penha

substantiva, destinadas a tornar possível a propositura de tais ações no próprio Juizado”, afirma no relatório.

Na fase de debates, Eduardo Girão (Pode-CE) chamou a atenção para a importância do projeto, que, segundo ele, conseguiu unir partidos adversários (PT e PSL) na Câmara.

O senador lembrou que o autor é do partido do presidente Bolsonaro, e a relatora foi a deputada Erika Kokay (PT-DF), o que não impediu a tramitação rápida do texto.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Leila Barros também destacaram o fato e afirmaram que o bem-estar da população

deve estar acima de causas ideológicas e partidárias.

— Essa pauta das mulheres é suprapartidária, é de todos nós. É possível, sim, resolver problemas sem ideologias. Temos nossos lados e posições, mas o que é prioritário é o bem-estar dos brasileiros. Por isso, a capacidade de diálogo do [deputado] Luiz Lima foi fundamental — opinou Leila.

Luiz Lima acompanhou a votação e disse que a proposta pretende facilitar a vida de mulheres vítimas de violência doméstica.

— O projeto não incentiva o divórcio, de forma alguma, mas a boa convivência e a proteção dos filhos. No momento em que a agressão é comprovada, a vítima tem a possibilidade de requerer a separação, mas hoje isso é burocrático.

## Projeto garante rediscussão de plano de saúde

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou na terça-feira o projeto que garante aos usuários de planos de saúde coletivos o direito de rediscutir os seus contratos. O PLS 20/2016 segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá a decisão final.

O projeto alcança tanto titulares quanto dependentes de duas modalidades de planos de saúde: os coletivos por adesão, destinados a sócios de associações e sindicatos, e os coletivos empresariais, para funcionários de empresas. Os planos de saúde individuais e familiares (contratados por iniciativa direta do consumidor) não são afetados.

O texto modifica a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656, de 1998) para acrescentar o

direito de um beneficiário individual rediscutir os contratos, os regulamentos e as condições gerais quando houver violação dos seus próprios interesses.

Segundo o autor, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu a legitimidade para os usuários de planos de saúde coletivos judicializarem individualmente essas disputas.

## Legitimidade

Mesmo assim, os planos contestam esse entendimento, sob o argumento de que os usuários detêm contrato por intermédio de uma administradora de benefícios. “Aduz-se que apenas essa administradora tem legitimidade para discutir judicialmente direito porventura violado, o que quase nunca ocorre, deixando

os consumidores à mercê de cláusulas abusivas”, escreve Bezerra em sua justificativa.

O texto original concedia o direito apenas aos titulares. O relator na CTFC, senador Telmário Mota (Pros-AP), acrescentou os dependentes.

## Regulamentação

O presidente da comissão, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), afirmou que a proposta vai colaborar para desafogar o Judiciário. Ele também avaliou que, agora, os consumidores terão acesso à informação correta.

— Ao regulamentar, acredito que iremos dar publicidade sobre esse fato. Muitas pessoas acreditam, ainda hoje, que não teriam essa legitimidade, porque assim são informadas quando buscam o primeiro contato, que é, e deve ser sempre, com o plano de saúde.

## Sugestão sobre diversidade no ambiente escolar vira projeto

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acatou ontem uma sugestão legislativa fruto das discussões ocorridas no Projeto Jovem Senador do ano passado. A SUG 40/2018 prevê inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar. O texto, transformado em projeto de lei, será agora analisado nas comissões permanentes do Senado.

A sugestão tem como primeira subscritora a jovem senadora Bibiana Brum, do Rio Grande do Sul. Os demais autores são Giulia Lima, Ivana Brandão, Letícia Silva, Luana Freire, Lynda Oliveira, Pedro Vinícius, Rackel Resende e Thales Corismo.

De acordo com o texto, o respeito à diversidade deve fazer parte das estratégias de

ensino e aprendizagem, da prevenção à discriminação e do cuidado com a saúde mental, do conteúdo dos materiais didáticos, e da formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Ao reconhecer a ampla diversidade de cultura, raça, religião e linguística do país, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que o texto resultará em benefícios para crianças e adolescentes nas escolas. Ele observou que a sugestão auxilia também no enfrentamento ao bullying.

— É de conhecimento geral como discriminação e bullying contra os que são considerados diferentes termina muitas vezes em atos de violência explícita. A escola tem de estar atenta a isso e adotar uma postura ativa — disse Paim.

## Randolfe anuncia pedido de impeachment de Abraham Weintraub

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou o encaminhamento ao STF e à Procuradoria-Geral da República de um pedido de impeachment do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Na quarta-feira, senadores de vários partidos defenderam a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que teria sido vítima da divulgação de informações falsas pelo ministro, e protestaram contra Weintraub.

— A exposição de um telefone pessoal de uma parlamentar não é conduta de alguém que está numa das pastas mais importantes deste país.



Roque de Sá/Agência Senado

## Para Confúcio Moura, historicamente a educação sofre descaso

Confúcio Moura (MDB-RO) fez ontem em Plenário o primeiro de uma série de discursos com o propósito de definir as fases e os marcos da história da educação brasileira. A pesquisa e a reflexão sobre o tema, segundo o senador, é compreender as raízes da desconsideração com a educação no país desde o seu descobrimento.

— O que está faltando mesmo é vergonha na cara, para a gente tocar a educação brasileira e corrigir as distorções e o prejuízo incalculável que todos os governos do Brasil.



Roque de Sá/Agência Senado

## Kajuru defende PEC de autoria dele que garante continuidade do Fundeb

Jorge Kajuru (PSB-GO) agradeceu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por ter dado prioridade à análise da PEC 33/2019, de autoria dele, que garante a continuidade do Fundeb. O texto, que será relatado pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA), foi o primeiro com essa finalidade a ser apresentado no Senado, disse. Kajuru também criticou a apresentação de uma outra proposta (PEC 65/2019), que tem o mesmo objetivo.

— Todo mundo confessa tudo. Inveja, não.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Chico Rodrigues pede decisão sobre remédios para doenças raras

Chico Rodrigues (DEM-RR) comentou ontem, em Plenário, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impôs restrições ao fornecimento pelo governo de medicamentos sem registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Interrompido em 2016, o julgamento foi retomado na quarta-feira.

— Há uma necessidade urgente de a Anvisa fornecer medicamentos para doenças raras. Esperamos que o STF possa decidir em favor do povo brasileiro — afirmou Chico Rodrigues.



Gerardo Magela/Agência Senado